

1
2
3 **ATA DA 214ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
4 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA**
5 **(17/05/2011)**

6 Ao décimo sétimo dia do mês de maio de dois mil e onze, às dezenove horas e vinte minutos, no
7 Auditório Samuel Pessoa da Villa da Saúde, após a certificação do quórum necessário,
8 reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde, para a duocentésima quarta terceira
9 reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pontos de pauta os seguintes
10 assuntos: **1 - Aprovação da Pauta para a 214ª Reunião Ordinária do CMS e Aprovação das Atas;**
11 **da reunião extraordinária de 21 de fevereiro de 2011 e da reunião extraordinária de 28 de**
12 **fevereiro de 2011 e da 213ª reunião Ordinária do CMS; 2 - Informes; 3 - Informações sobre o**
13 **andamento da auditoria realizada nas OSCIPS; 4 - Apresentação, discussão e aprovação sobre as**
14 **ações para continuidade dos programas: POLICLINICA, SAMU(SAMU e Regulação) e PSF**
15 **(Urbano e rural, internação domiciliar, reserva indígena, DST/Aids e Assistência Farmacêutica); 5**
16 **- Apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias; 6 - Análise e Parecer sobre os Projetos de**
17 **Lei nºs 95, 96, 97, 98 e 99/2011;7 - 12ª Conferência Municipal de Saúde (Aprovação do**
18 **Regulamento); 8 - Oficina de Saúde Bucal/ Pró Saúde de Odontologia. Ana Olympia** da boa
19 noite aos presentes e inicia a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde colocando em
20 apreciação o primeiro item de pauta **1 - Aprovação da pauta para a 214ª Reunião Ordinária do**
21 **CMS e aprovação das atas da reunião extraordinária de 21 de fevereiro de 2010 e do dia 28**
22 **de fevereiro de 2011 e da 213ª Reunião Ordinária do CMS. Lazara Rezende** solicita que o item
23 da pauta nº 8 “Oficina de Saúde Bucal/ Pró Saúde de Odontologia” seja adiantado, pois é um
24 assunto bem simples e rápido. **Rosalina Batista** propõe que o assunto da Oficina de Saúde bucal
25 entre como informe e não como pauta. Propõe a realização de uma reunião extraordinária do
26 CMS, para dia 23 de maio, para discutir o ponto de pauta 6 “Análise e Parecer sobre os Projetos de
27 Lei nºs 95, 96, 97, 98 e 99/2011” pois a Câmara Técnica ainda não finalizou os seus trabalhos. **José**
28 **Luis** sugere que o ponto de pauta de hoje seja único, de caráter preferencial referente à discussão de
29 fatos que vem ocorrendo, sobre acusações sobre o Conselho Municipal de Saúde na última semana.
30 **Cícero Cipriano** diz que referente à sugestão feita pela conselheira Rosalina, faz uma proposta de
31 encaminhamento, uma vez que é preciso ser revisto as questões das comissões, é preciso uma
32 reunião específica para isso, sugere como item de pauta a questão da reformulação das comissões, e
33 também a ativação da Comissão de Ética deste Conselho. **Adriana Dorta** diz concordar como
34 conselheiro Cícero a respeito das comissões, solicita rever alguns itens de certas comissões que esta
35 inserida e também em comissões que estava inserida e não teve nem notificação o porque foi
36 retirada, qual os critérios, comissão que teve indicação da entidade a qual representa neste
37 Conselho. **Ana Olympia** pede esclarecimento ao conselheiro José Luis, sobre a inclusão de ponto de
38 pauta e qual seria o tema. **José Luis Camargo** diz que o tema em caráter preferencial é discutir os
39 assuntos que levaram o Conselho Municipal de Saúde à mídia nos últimos dias, falando
40 principalmente sobre acusações que foram imputadas aos membros desse Conselho. **Joelma**
41 **Aparecida de Souza Carvalho** diz estar retornando ao Conselho, pela área rural, relata que em uma
42 conversa com Dr Fahd e a Rosalina que são membros da executiva desse Conselho, solicitou que
43 fosse chamada uma reunião extraordinária. Informa também que o conselheiro Fahd conversou com
44 a Presidente do Conselho Ana Olympia, e não foi possível a realização dessa extraordinária, lembra
45 que qualquer conselheiro poderia ter chamando uma extraordinária, devido aos fatos, que estavam
46 aparecendo na mídia, e o Conselho parado sem defesa, sem colocação, então em defesa a proposta
47 do conselheiro José Luis solicita pauta única, porque é o momento do Conselho parar, pensar e
48 refletir tudo que esta acontecendo, e qual o encaminhamento que Conselho vai tomar daqui para
49 frente, porque não da mais, para continuar nessa situação, diz ser Conselheira Estadual de Saúde
50 também, e que estava em Curitiba na terça-feira e que foi um vexame, pessoas fazendo colocações e
51 provocações, não para Joelma, mas para a cidade de Londrina, não da para cruzar os braços e ficar
52 esperando, a hora de tomar uma decisão é hoje, semana passada não deu para fazer a extraordinária,

53 então é na reunião de hoje que vai ser discutido, porque não da para discutir a pauta sabendo de
54 todas as provocações que esta sendo feito para esse Conselho, a instituição Conselho Municipal de
55 Saúde tem que ser respeitada. Propõe que seja agendada uma reunião extraordinária para segunda-
56 feira para que possa ser discutido o restante das pautas prevista e que hoje seja discutido esse papel
57 do Conselho, e que de fato limpe todas essas coisas que foram faladas e apontadas pela mídia.
58 **Terezinha Pereira (Mãe Omin)** pede esclarecimento a respeito da Comissão de Acompanhamento
59 do Termo de Parceria da Policlínica, pois apesar do seu nome estar na portaria da Comissão de
60 acompanhamento da Policlínica, ela não participar dessa comissão. Informa que participa da
61 Comissão de Acompanhamento do Termo de Parceria DST/Aids e Assistência Farmacêutica. **Fahd**
62 **Haddad** esclarece a conversa proferida com a conselheira Joelma, pois quando essa perguntou se
63 ele era da Comissão Executiva, respondeu que era, e que se haveria alguma reunião em função dos
64 fatos, ligou e falou com a Secretara do CMS Márcia. Porém constatou a inviabilidade de convocar
65 uma reunião da Comissão Executiva, pois que dois membros estavam envolvidos, dois estavam em
66 viagem, portanto seria uma reunião na qual participaria ele e a Secretara de Saúde. **Manoel**
67 **Rodrigues Amaral** diz que quando um conselheiro retorna ao Conselho, ou é indicado pela
68 entidade, a mesa tem que anunciar. Sobre a convocação extraordinária, diz que esteve na Secretaria
69 de Saúde conversando com Dr Marcio e solicitando a realização de reunião extraordinária, e que não
70 obteve resposta. **Rosalina Batista** pede que seja votado seu encaminhamento para realização de
71 reunião extraordinária do CMS, na segunda-feira. **Ana Olympia** diz que tem duas questões
72 propostas, se essa reunião vai ser considerada com ponto de pauta único, a saber, “Assuntos que
73 levaram o Conselho Municipal de Saúde à mídia, referente a acusações feitas aos conselheiros”, ou
74 também vai incluir ponto de pauta solicitado pelo Cícero, que é a inclusão de reformulações das
75 comissões, inclusive da Comissão Executiva, além da reativação da Comissão de Ética. **Adriana**
76 **Dorta** diz concordar com o conselheiro Cícero, mas para organizar essas comissões é preciso que os
77 conselheiros conversem com suas entidades. **Ana Paula** diz que com relações as comissões, entende
78 que cabe ao segmento correspondente indicar seus representantes em cada uma das comissões, não é
79 assunto para ser discutido no Conselho Municipal de Saúde, cada segmento que tiver os membros
80 modificados deve se reunir, reavaliar sua representação e encaminhar à secretaria do CMS sugere
81 que a mesa estabeleça um prazo, para cada um dos segmentos, cujos membros foram modificados
82 para apresentação dos novos membros das comissões. **Julia Satie Miyamoto** diz concordar com a
83 conselheira Ana Paula, porque cada segmento deve discutir separadamente. **Fahd Haddad** diz que
84 com relação ao encaminhamento além da discussão desse assunto, sugere que os itens de pauta 3 e 4
85 sejam incluídos nessa discussão de pauta única, além do encaminhamento dado pela Ana Paula.
86 **Rosicler Amarins de Moura Vaz** solicita que um representante do Conselho Local de Saúde do
87 Lindóia possa falar apenas três minutos, para que possa fazer algumas reivindicações. **Cícero** diz
88 que quando fala em projeto, existe uma comissão para análise de projeto, essa é a Câmara Técnica,
89 como vai ser discutido o projeto se existem conselheiros que participam dessa comissão, que vão ter
90 que ser substituídos, por isso é preciso reformular as comissões, o encaminhamento da conselheira
91 Ana Paula foi pertinente, mas sua sugestão é que tem que passar por esse Conselho as questões das
92 comissões, e é preciso urgência na reformulação dessas comissões, principalmente a reformulação
93 da própria Comissão Executiva, no artigo oitavo do Regimento Interno do CMS, preconiza que o
94 Presidente poderia ter solicitado uma extraordinária, e os conselheiros também, não da para isentar a
95 culpa de um, ou do outro, é preciso reformular a Comissão Executiva, para que os casos não
96 previstos no Regimento Interno não fiquem sem posicionamento. **Bett Claidh** sugere que a respeito
97 dos itens de pauta apenas o item 3 poderia ser discutido hoje. A respeito das comissões também
98 poderia ficar para depois, precede o assunto da mídia, diz também ser complicada a realização de
99 uma Conferência, onde o Conselho não tem credibilidade. **Manoel Amaral** relata que hoje tem uma
100 data limite para aprovação do regulamento da 12ª Conferência Municipal de Saúde, lembra que esse
101 documento já foi enviado previamente aos conselheiros. A respeito da credibilidade, essa tem que
102 ser adquirida, não é possível deixar a discussão sobre a conferência para outro dia. **Ana Olympia**
103 coloca em votação a seguinte **proposta de pauta: 2 - 12ª Conferência Municipal de Saúde**
104 **(Aprovação do Regulamento); 3 - Informações sobre o andamento da auditoria realizada nas**

105 **OSCIPS; 4 – Discussão sobre os assuntos que levaram o Conselho Municipal de Saúde à mídia,**
106 **sendo APROVADO por 23 conselheiros e 1 abstenção** do conselheiro Custódio Rodrigues do
107 Amaral. **Custodio Rodrigues do Amaral** declara seu voto, dizendo que se absteve, pois como a
108 mesa não o apresentou como conselheiro, não achou legítimo votar. **Márcia Brizola**, secretária do
109 Conselho Municipal de Saúde, informa que as entidades que compõem o CMS fizeram substituição
110 de representação ficando, pela região rural a conselheira Joelma Aparecida Souza Carvalho, a
111 titularidade pela UNIMOL o conselheiro Custodio Rodrigues do Amaral, substituindo Joel Tadeu
112 Correa e a suplente Maria Ângela Magro, pelo Conleste a conselheira titular é Rosicler Amarins e o
113 suplente Elba Ferreira. Informa que o SINDSERV foi notificado para substituir seu representante
114 titular, mas até o momento não oficializaram sua substituição, portanto nesta reunião assume a
115 titularidade o Maldissulei, substituindo Marcos Ratto. A seguir é passado para o ponto de pauta 2 -
116 **12ª Conferência Municipal de Saúde (Aprovação do Regulamento). Rosilene Machado**,
117 presidente da comissão organizadora da 12ª Conferência Municipal de Saúde, informando que o
118 regulamento foi enviado no envelope dos conselheiros para uma prévia leitura e solicita que
119 destaquem qual artigo que precisa de modificação. **Ana Paula** diz que tem destaque no artigo 1º,
120 parágrafo III, que menciona que “as reuniões preparatórias e pré-conferência por segmento, deverão
121 contar com a participação de no mínimo dois membros da comissão organizadora da 12ª
122 Conferencia Municipal de Saúde”, entende que nas pres-conferências dois membros consigam
123 participar, mas acredita que nas reuniões preparatórias por segmento seja desnecessária a
124 participação de dois membros da comissão organizadora. Sugere que suprima “nas reuniões
125 preparatórias”. Sendo acatado pelos conselheiros. **Ana Paula** diz ter outra observação no artigo 25,
126 parágrafo 1º, “coordenando a Comissão de Sistematização o relator constituir o nono membro da
127 comissão organizadora”, pergunta se esta correto. **Rosilene Machado** explica que sim, que a
128 comissão organizadora é composta por 8 membros e o relator incorporará a comissão organizadora
129 como nono membro. **Cícero Cipriano** diz que no artigo 4º quando fala da questão dos
130 observadores, parágrafo 1º, de limitar em 10% só que não fala em questão que os observadores
131 causa de vacância de delegados poderão se transformados automaticamente em delegados. **Rosilene**
132 **Machado** esclarece que os observadores não são delegados, por isso que tem 20% dos segmentos de
133 suplentes. Esclarece que todo delega precisa participar da pré-conferência. **Cícero Cipriano** diz que
134 no artigo 29 quando fala da composição do Conselho Municipal de Saúde, não deixa claro de qual
135 documentação vai ser apresentado para essa entidade seja candidata à vaga no Conselho Municipal,
136 essas regras tem que ser claras, principalmente a questão da documentação. Lembra que já foram
137 cometidos erros no passado e não possível cometê-los novamente, precisa ficar claro essas regras.
138 **Rosilene** informa que no artigo 1º, no item 5, diz “as entidades, órgãos e instituições que
139 concorrerão à vaga de conselheiro no Conselho Municipal de Saúde de Londrina, deverão apresentar
140 ata de posse ou estatuto, relatório de atividades, endereço completo, comprovação de fundação, e
141 atuação de pelo menos um ano na área da saúde”. **José Luis** diz que fica bem claro que para essas
142 categorias previstas no artigo 29, são dispensados as exigências do item 5, artigo 1. **Rosilene** diz que
143 tem que ter a participação nas pré-conferências, para poder fazer todos os trâmites, fazer a inscrição,
144 participar da conferência, caso contrário fica uma vaga sem preencher. **José Luis** pergunta quem
145 deve participar é a entidade, ou seu representante, e para cada etapa é obrigado que o representante
146 seja o mesmo, ou pode ser outros. **Márcia Brizola** explica exemplificando que a pessoa que
147 categoria médica indicar para participar da pré-conferência de trabalhadores, esse tem que o mesmo
148 a participar das 12ª Conferência Municipal de Saúde. **Denise Mashima** fala que no artigo 1, quando
149 trata da finalidade da conferência, os itens 1, 2, 3,4 são finalidades, o item 5 não. Sugere que o item
150 5 seja transformado em parágrafo. Sendo aprovado pelos conselheiros. Diz que no artigo 12 “os
151 grupos de trabalho vão ser constituídos previamente pela comissão organizadora, e respeitará o
152 mesmo critério de paridade na distribuição dos delegados”, pede esclarecimento se na ficha de
153 inscrição, vai haver espaço para a pessoa informar qual a área que tem interesse, ou se a distribuição
154 dos grupos fechara a critério da comissão organizadora. **Rosilene** diz que pode até ter uma
155 recomendação para que siga isso, porém se não houver paridade nos grupos a comissão
156 organizadora terá que remanejar participantes. **Fahd** pede esclarecimento sobre o artigo 25, que fala

157 “coordenando a comissão de sistematização, o relator será o nono membro, só que no artigo 25 diz
158 que a comissão tem seis membros. **Ana Olympia** esclarece que a comissão organizadora tem 4
159 membros de usuários, 2 trabalhadores, 1 prestador, 1 gestor, totalizando oito membros, a comissão
160 de sistematização é constituída por seis membros. **Fahd** sugere a inclusão dos números de membros
161 da comissão organizadora. Sendo acatado pelos conselheiros. **Manoel Amaral** diz ter dúvidas
162 quando diz” a plenária final terá como objetivo discutir, submeter à votação as propostas constantes
163 do relatório final dos grupos de trabalhos, apreciar e votar as moções, referendar as eleições para
164 membros do Conselho Municipal de Saúde “, pergunta se a correta a ser utilizada não seria
165 homologar ao invés de referendar. **Rosilene** diz que homologar faz mais sentido, porque a eleição
166 foi feita, e a conferência só vai afirmar que aquilo aconteceu. Sendo acatada a proposta de alteração
167 pelos conselheiros. **Cícero** diz que com relação ao artigo 1º, parágrafo 5, poderia ser encaminhado
168 para o artigo 29 como inciso, porque quando fala as questões das entidades. Sendo acatada a
169 proposta de alteração pelos conselheiros. **Julia Satie** solicita paridade nos grupos de trabalho, cita
170 que na 10ª Conferência, estava somente ela e mais uma usuária participando do grupo, o restante
171 eram trabalhadores, não tinha nenhum prestador, portanto o debate ficou prejudicado. **Rosilene**
172 informa que esta previsto no artigo 12, a questão da paridade. **Ana Olympia** comunica que já foi
173 publicado no Jornal Oficial do Município, o Decreto nº 397, de vinte e seis de abril de 2011,
174 convocando a 12ª Conferência Municipal de Saúde de Londrina. A seguir coloca em votação do
175 **Regulamento da 12ª Conferência Municipal de Saúde, contemplando as modificações**
176 **apontadas pelos conselheiros presentes, sendo APROVADO por unanimidade pelos**
177 **conselheiros** **Rosalina** informa que a pré-conferência do segmento de usuários será realizada dias
178 09 e 10 de junho, no auditório do HU. A seguir é passado para o ponto de pauta **3 - Informações**
179 **sobre o andamento da auditoria realizada nas OSCIPS.** **João Carlos**, Diretor Financeiro da
180 Secretaria de Saúde, relata que a Diretoria Financeira solicitou no dia 12 de abril, para que seja
181 realizada uma auditoria nos termos de parceria vigentes. Informa que conversou com o controlador,
182 e ele esta tendo dificuldade na obtenção de documento comprobatório originais por parte dos
183 institutos, foi encaminhamento ao Ministério Público um pedido, porque o Ministério Público fez a
184 apreensão dos documentos dessas OSCIPS, e a controladoria tendo acesso às essas informações
185 conclui a auditoria, a auditoria esta parada pela ausência de documentos comprobatórios originais,
186 diz que ele recorreu ao Ministério Público em função dos documentos apreendidos, para saber se
187 tem os documentos pertinentes à auditoria. **Ana Olympia** esclarece que esses documentos foram
188 solicitados e não tinham sido entregues ainda, uma vez que teve apreensão pelo Ministério Público,
189 e foi solicitado ao Ministério Público entregar esses documentos, pressupõe que ainda não tem a
190 conclusão dessa auditoria. **Silvia Brazão** inicia dizendo que sua colocação é sobre a auditoria,
191 solicitar através de um ofício do conselho, uma auditoria ao Ministério da Saúde sobre a prestação
192 de contas da saúde. Relata também que quando foi colocado à aprovação das OSCIPS, que na época
193 era questão emergencial, aprovou mesmo não conhecendo, devido ISCAL e HUTEK estavam com
194 os valores acima que o Município podia pagar, e as outras OSCIPS apresentadas eram de fora.
195 Lembra que foi por conta dessas argumentações que os conselheiros aprovaram a contratação da
196 Gálatas e Atlântico, porque acharam que seria viável pela carência que a saúde estava passando em
197 Londrina, por isso foi aprovado por seis meses, e esse prazo se encerra dia no inicio de junho, sem
198 prorrogação, solicita esclarecimento se já foi feito o pedido de licitação para contratação de novas
199 OSCIPS, sabendo que demoraria um tempo para ser aprovado, e que agora teria que ter as novas
200 OSCIPS com valores para conselho estar aprovando, e se foi feito licitação, em qual edital que foi
201 colocadas. **Ana Olympia** esclarece que com relação, ao SAMU foi encaminhado um pedido para
202 pregão, e com relação aos demais programas, apesar do termo de referencia, teria que ser feito um
203 concurso de projetos que seria OSCIPS novamente optou por suspender e trabalhar na proposta de
204 um termo de cooperação técnica, um convênio tendo contrapartida foi feito contato com a HUTEK
205 sendo uma fundação relacionada com um respaldo de uma academia da Universidade, para que
206 apresente uma proposta de convênio, não mais como termo de parceria, tendo inclusive apresentado
207 as questões de contrapartida. Informa que a HUTEK ficou de apresentar uma proposta dia 18 de
208 maio, tendo a reunião extraordinária na segunda-feira, dia 23 de maio, com certeza trará um

209 posicionamento em relação à proposta feita. **4 – Discussão sobre os assuntos que levaram o**
210 **Conselho Municipal de Saúde à mídia.** **Maria Osvaldina** comunica que foi para a imprensa que o
211 Prefeito Barbosa Neto e o Marcos Cito falou dos conselheiros, solicita que seja dado o nome dos
212 conselheiros, porque no Conselho tem pessoas trabalhadoras e honestas, e o que mais preza em sua
213 vida é o seu nome, solicita também a prestação de conta da auditoria para todos os conselheiros,
214 pergunta como é que fica a situação dos trabalhadores contratados por essas OSCIPS. **Maria**
215 **Osvaldina** relata que em uma reunião junto com outros conselheiros, na Câmara de Vereadores,
216 estava presentes à vereadora Lenir e o Dr Fidelis, e perguntou quantos médicos estavam contratados,
217 a Gláucia respondeu que foi contratado trinta médicos. Questiona será que foi contratado mesmo,
218 porque esta faltando médico nos postos de saúde, diz estar decepcionada, desgastada e os
219 conselheiros tem que ser respeitados. Diz também que como conselheira nunca mais vota em
220 terceirizações, porque o Prefeito tem que contratar esses funcionários a nível de concurso público,
221 porque a população está sofrendo com essa situação. **Adriana Dorta** diz que entende o desabafo da
222 conselheira **Maria Osvaldina**, porque sabe da dor que todos os conselheiros passaram, diz que em
223 nenhum momento sentiu vergonha, porque não tem nada a ver com isso, sabe sobre seu papel nesse
224 Conselho, não deve nada a ninguém e nem a Justiça. Diz que votou a favor sim, quando foi para
225 votar nessas OSCIPS, teve uma conversa com Dr José Luis, porque seu desespero era a nível dos
226 usuários, pois estavam precisando do serviço, acompanhou de perto o que estavam acontecendo com
227 essas pessoas, é complicado essas falas que generaliza o Conselho, porque o Conselho não se
228 resume a duas pessoas e sim vinte e duas pessoas, e em nome do Conselho solicita que o Prefeito se
229 posicione diante da imprensa e retifique sua fala. Coloca que a mídia esta para informar a população
230 de Londrina e não para distorcer os fatos, e que ficou muito triste com o desabafo da conselheira
231 Rosalina, do que fizeram com sua família, diz que o Conselho não é conivente com esse tipo de
232 coisa, que não é tempo de pensar mais em terceirização e fundações, mas sim em municipalização
233 dos serviços. **Rosalina Batista** diz que foram colocados dois assuntos que precisam ser
234 encaminhados para que o conselho vote. O pedido de uma auditoria do Ministério da Saúde das
235 contas da saúde em Londrina, pois como integrante da comissão do FMS abona a fala da
236 conselheira, porque hoje não se sabe para onde correr, há pessoas envolvidas ligadas ao Tribunal de
237 Contas, então a quem o CMS irá recorrer para aprovar a prestação de contas. Coloca que todos
238 foram julgados como suspeito por uma coisa que foi votada. Diz não culpar a mídia, porque essa
239 divulga o que foi informado, tem que parar de arrumar culpado, é preciso assumir que votou sim.
240 Coloca que votou para dar continuidade no serviço, porque a responsabilidade de contratar e pagar é
241 da Gestão e não do Conselho. Lembra também da existência de uma ata que foi divulgado que o
242 conselheiro adulterou, e isso não aconteceu, houve um problema no equipamento e a reunião não foi
243 gravada, então não tinha como ser digitada foi nessa ata que foi divulgada da necessidade do
244 conselho votar para que fosse escolhido os parceiros do Município para tocar os serviços. Fala que
245 participa da comissão do PSF e não de outras comissões que acompanhavam os serviços das
246 OSCIPS. Lembra que a apresentação feita pela Bruna sobre as unidades saúde da família na reunião
247 passada foi a seu pedido, porque entende que é esse o seu papel de fiscalizar as unidades. Colocou
248 várias vezes no Conselho que precisava divulgar que o SUS deu certo, e a parte que deu certo no
249 SUS é a que o Conselho fiscaliza, encaminha e traz para o debate. É preciso se unir e reconstruir
250 essa história na cidade de Londrina, relata que a respeito do que passou, tem muita gente passando,
251 faz parte de um processo de desestabilização para ver qual é a reação, está tranqüila porque tem
252 Deus a sua frente e um longo caminho para lutar pela comunidade. **José Luis Camargo** relata ter
253 sido procurado várias vezes pela mídia e concedeu várias entrevistas, na semana passada foi
254 convidado para ir ao Programa Carlos Camargo e deu a sua versão, relatando fatos. Coloca que
255 jamais fez acusação a ninguém, quem faz acusação é o Ministério Público, e ao Ministério Público
256 compete investigar e tirar conclusões. Porém logo após o programa foi para casa e sua esposa disse
257 que ele tinha cometido uma falha, pois durante a sua empolgação falou várias vezes que na reunião
258 do dia vinte e nove de novembro, havia pedido para o Secretário da Saúde que apresentasse o
259 contrato social das OSCIPS, que se candidataram para prestar serviço na Prefeitura, pediu também
260 que o Secretário apresentasse as certidões negativas, todas as instâncias judiciais de todos os

261 membros da diretoria que estavam se candidatando, e cometeu uma falha, na verdade fez duas
262 apresentações, uma é que o Secretário não entregou o documento, e a outra é que quem havia
263 presidido a reunião, aonde esses contratos foram mudados foi Secretária Ana Olympia. Coloca que
264 sua esposa o recriminou dizendo “você não poderia ter falado isso”. Diz que analisando a ata
265 percebe que realmente não foi a Ana Olympia que presidiu a reunião, pede desculpa, porque sabe
266 que cometeu um erro e isso o incomodou. Lembra que na mesma entrevista a elogiou, quando disse
267 que há muito tempo o CMS não tinha um presidente que trazia os dados com clareza, os números
268 que a Secretaria tem e que permitia ser discutido com liberdade os assuntos. Diz que o fato
269 aconteceu e que todos foram induzidos e levados a modificar uma decisão tomada na reunião
270 anterior, na reunião anterior ficou decidido que quem ia prestar os serviços eram as fundações
271 HUTECH e ISCAL, e o Prefeito vem a público dizer que esse Conselho o forçou a mudar essa
272 decisão, que ele foi obrigado a aceitar essa mudança de postura por imposição do Conselho. Afirma
273 que o Conselho não impôs nada, mas que os conselheiros aceitaram à imposição do Secretário
274 dizendo que a Prefeitura não tinha recursos para pagar o que a HUTECH e a ISCAL pedia. Fala que
275 de uma forma honesta e coerente, pensando nos usuários e com sua abstenção, com abstenção do Dr
276 Fahd, o Conselho aprovou essa mudança. Na votação seguinte, quando era para designar o nome do
277 instituto que ia ser escolhido, foi escolhido um e a escolha do outro ficou em aberto, foram quatro os
278 votos contra, a saber, dos conselheiros José Luis, Bett Claidh, Dr Fahd e Mara Rossival. Fala que o
279 CMS não pode aceitar ser culpabilizados pela troca de instituto, a troca de instituto ocorreu a pedido
280 do Secretário de Saúde, trazendo informações que lhe foram oferecidas, ou pelo Planejamento,
281 Gestão Pública, ou pelo próprio Prefeito, não se sabe quem foi. Agora o Prefeito vem a público
282 acusar que os conselheiros forçaram as trocar dos institutos, a princípio a palavra do Prefeito, é uma
283 palavra que tem que ser ouvida e prestigiada, por isso os conselheiros passaram a ser os vilões da
284 história. Diz que isso foi passado para a comunidade, o fato de serem culpados de uma situação que
285 não existiu. Fala que a situação é cômoda de vir a público e dizer inverdades, porém os conselheiros
286 não podem aceitar essa acusação, que foram eles que impuseram essa modificação. Diz que na
287 verdade foram levados a aprovar esta modificação, com uma participação importante, destacada na
288 defesa dos interesses destas instituições por parte desses dois ex-conselheiros, ora detidos. Informa
289 que foi convocada uma reunião pela presidente, na sexta-feira à tarde, onde os conselheiros puderam
290 tomar conhecimento do ofício do Ministério Público, que pedia à substituição dos dois conselheiros
291 detidos, e naquela reunião onde vários manifestaram, comenta a respeito de uma manifestação que
292 lhe deixou muito triste, de quase humilhação emocional, quando viu a conselheira Rosalina Batista,
293 distinta, respeitada, uma das mais ilustres representantes dos usuários chorar, porque ela estava
294 recebendo em sua casa uma suposição que estava envolvida em uma falcatura. Coloca que todos os
295 conselheiros estavam recebendo a mesma acusação, ela humildemente abriu seu coração e derramou
296 suas lágrimas, não se faz isso com pessoa desta qualidade moral, sugere que o Conselho vote um
297 pedido de retratação ao Prefeito Municipal, que o Prefeito venha a público reconhecer que estava
298 mal informado, que o Conselho jamais se manifestou forçando essa decisão de troca de prestador de
299 serviços de saúde. Diz a Presidente do Conselho Ana Olympia que se conselheiros a procuraram
300 fora de hora, não foi em nome do Conselho, ninguém delegou o poder de representar os
301 conselheiros, ou de fazer qualquer reivindicação em nome do Conselho, isso é uma atitude
302 individual e pessoal de cada um deles, como cada um tem o direito de tomar atitudes pessoais, diz a
303 conselheira Rosalina que da mesma forma que foi ela cobrada, diz também tem sido cobrado pelos
304 seus amigos, filhos, esposa que impuseram de não participar mais de nada, mas continua
305 participando em respeito a todos os conselheiros, disse aos usuários que ia cobrar a atitude que
306 estavam tomando, votando a favor, participou da decisão embora não votando, a plenária tomou a
307 decisão, e a decisão acaba sendo sua também. Mas a sua proposta continua sendo que peça ao
308 Prefeito uma retratação pública, retirando as ofensas que foram feitas aos membros do Conselho
309 Municipal de Saúde, pois está profundamente ofendido, mas totalmente solidário com a conselheira
310 Rosalina e todos os outros que se sentiram ofendidos. **Artemízia** pergunta se no dia dezessete de
311 fevereiro, quando a Diretoria Financeira constatou que não havia documentos necessários para
312 prestação das contas, que providências foram tomadas. Pergunta também, se a Comissão de

313 Acompanhamento do FMS foi comunicada desta situação. Se foi dada continuidade aos pagamentos
314 destes Institutos. Ressalta que quando o Conselho deliberou a aprovação para esse contrato com as
315 instituições, coube ao Conselho ser penalizado a respeito dessa indicação, mas é preciso saber qual
316 controle dessas prestações de contas. Lembrando que essa não é uma atribuição do Conselho, existe
317 uma DF que controla essas contas dentro da Secretaria. Por isso pergunta que providências foram
318 tomadas dentro da secretaria e qual as condutas realizadas neste período. **Ana Olympia** esclarece
319 que saiu também do Conselho na época uma comissão para acompanhamento da prestação de contas
320 dessas OSCIPS, deixa claro que a responsabilidade não é só da DF, está registrada na mesma ata que
321 o Dr José Luiz referiu, a questão das comissões de avaliação, foram indicados vários conselheiros,
322 para que fizesse as portarias, para nomear as comissões de avaliação. Coloca que essas comissões de
323 avaliação tem a prerrogativa de avaliar a execução do programa, foi colocado que teria outra
324 comissão para avaliar a questão da prestação de contas, para fiscalizar as OSCIPS, em algumas atas
325 inclusive das comissões de avaliação, que foram colocadas as questões da prestação das contas, foi
326 colocado inclusive que essa comissão de avaliação teria que avaliar as contas, e não necessariamente
327 a comissão de avaliação que tem a missão de fiscalizar execução do programa, cumprimento de
328 metas, proposta de trabalho, apresentado pelas OSCIPS. Lembra algumas de suas falas, diz que
329 quando se apresentou ao CMS informou a todos que era servidora de carreira, de característica
330 técnica e não política, deixa claro que da mesma forma que este Conselho se sentiu ofendido, todos
331 os servidores se sentiram também. Sente que estão mudando o foco das investigações, mas as coisas
332 estão chegando como foi dito, que tem agentes públicos envolvidos, acusando servidores municipais
333 até com acusações. Coloca que uma das acusações que teve ciência é que as glosas, ou seja, a
334 retenção do pagamento era proposital, para forçar propina. Afirma que isso é muito sério, pois
335 acredita na equipe de profissionais que atuam na Secretaria de Saúde, são servidores de carreira, são
336 profissionais capacitados, que fazem além do que é sua função enquanto Secretaria de Saúde.
337 Informa que existem gestores de contrato, outros órgãos fiscalizadores e que os servidores fizeram
338 além do que era necessário fazer. Diz que o que aparece nas falas dos advogados das OSCIPS é que
339 servidores públicos teriam forçado, a retenção do pagamento, atraso no pagamento, para poder
340 receber propina. Coloca estar ofendida, pois não vai admitir uma coisa dessas, enquanto servidora e
341 Secretária, em relação a sua equipe que são pessoas sérias, tem pessoas que também sofreram,
342 choraram e a fizeram muito mal de ver chorando, a Bruna Petrillo é uma delas, e não tem cabimento
343 o que estão fazendo com os funcionários públicos, e-mails anônimos e covardes, acusando a sua
344 assessora de gabinete, de passar informações a conselheiros. Afirma que não tem nada a esconder
345 dentro do gabinete, os documentos da Secretaria de Saúde são públicos, o gabinete está aberto, não
346 tem nada a esconder, e ela não tem informação nenhuma a passar, diz não acreditar no e-mail, vai
347 ser feito sindicância sim, até para apurar quem que passou esse e-mail covarde, se tivesse coragem,
348 não seria anônimo. Diz ao Dr José Luis estar ofendida, magoada, porque não era Secretária de Saúde
349 no momento da escolha das OSCIPS, e em nenhum momento em sua fala, disse do Conselho, a
350 mídia a pressionou. Ressalta que foi a única que teve coragem de citar nomes, porque foi
351 constrangida em uma visita fora de hora para tratar assuntos fora do gabinete, e disse isso para eles,
352 estavam acompanhados de várias outras pessoas dos institutos, e disse que aquilo teria que se tratado
353 no gabinete, mas adiantou que não havia aditivo previsto em contrato emergencial. Finaliza dizendo
354 que as coisas vão de uma certa forma, que parece que os bandidos somos nós. **João Carlos** lembra
355 que assumiu a DF no dia vinte e cinco de janeiro e que no dia oito de fevereiro arremeteu o primeiro
356 ofício as OSCIPS, exigindo a prestação de contas. Informa que nas reuniões das comissões era
357 colocada a preocupação, porque havia o entendimento que o termo de parceria teria que funcionar
358 como um convênio, ou seja, é repassado mil reais e a empresa trabalha com os mil reais e em
359 seguida presta contas de suas ações. Porém o entendimento das OSCIPS, e de algumas pessoas do
360 Município não era esse, eles queriam prestar contas no término do termo. Diz que a Secretaria de
361 Saúde não concordava com isso, quem pegou o processo e leu, teve a informação que tudo isso foi
362 remetido ao Ministério Público, todos os ofícios, a atas das comissões, “falando tome cuidado, não
363 approve, tem indício de problema, o termo não está sendo cumprido na sua totalidade”. Esclarece que
364 regimentalmente quem tem que auditar é a controladoria, mas a DF foi além, no final quarta parcela

365 foi retido dois milhões e meio de reais, foi pago a primeira parcela em janeiro, pagou-se à segunda
366 parcela, ficou um saldo da primeira parcela, que em entendimento através de uma ata, que seria
367 devido, porque o termo de parceria falava que o pagamento da primeira parcela teria que ocorrer no
368 ato de sua assinatura, houve uma ata, foi deliberado pelo pagamento do saldo devedor da primeira
369 parcela. Informa que foi feita uma reunião no dia trinta e um de janeiro e ela venceu dia oito de
370 fevereiro, foi deliberado pelo pagamento da segunda parcela, no entendimento da DF teria que ser
371 glosado na terceira parcela, já o pagamento da primeira e da segunda, mas foi voto vencido; na
372 quarta parcela a Secretaria de Saúde solicitou a prestação de contas, e essa prestação de contas veio
373 incompleta, tiveram acesso apenas ao relatório contábil e compararam com a proposta das duas
374 OSCIPS, lá foi verificado que as OSCIPS teriam que contratar quarenta médicos e contrataram dez.
375 Por isso foram glosados o mês de dezembro, janeiro e fevereiro, na quarta parcela, pelo relatório
376 contábil e pela proposta, e não pelos documentos comprobatórios, porque até hoje não entregaram
377 os documentos comprobatórios. Diz que a DF assumiu o risco de feita essa glosa na quarta parcela
378 do mês de dezembro, janeiro e fevereiro, reteve o valor da quarta parcela, a quinta parcela foi
379 deliberada, para pagamento integral, porque havia uma ameaça de parar os serviços, e pressão desde
380 o início pelos conselheiros Marcos Ratto e Joel Tadeu, presidente dos institutos que faziam ameaças.
381 Relata também ter recebido ameaça de um dos presidentes do Instituto Atlântico, o senhor Bruno,
382 que consta no seu depoimento no Ministério Público. Diz que a DF fez além do seu papel, a
383 retenção de dois milhões e meio de reais, foi isoladamente, foi uma ação da Secretaria, não tiveram
384 participação de Gestão Pública e Controladoria, na sexta parcela por orientação do Procurador do
385 Município Dr Fidelis, foi feita a retenção do quinto e do quarto mês, mas foi retida apenas mão de
386 obra, a quarta parcela foi retido aquele valor que acharam indevidos, na sexta parcela foi retida mão
387 de obra, num total dois milhões e meio de reais. Coloca que os documentos comprobatórios até hoje
388 não foram encaminhados os documentos originais, que a controladoria agora está solicitando aos
389 institutos, e fez um pedido ao Ministério Público, para verificar nesses documentos apreendidos se
390 tem alguma coisa que possa ser utilizada para realização da auditoria. Afirma que o papel de auditar
391 não é da Secretaria, pois essa tem o papel de acompanhar a prestação de contas e isso foi feito desde
392 do início e as comissões foram informadas, a posição foi passada mês a mês. **Cícero** questiona
393 porque o Conselho não foi informado das dificuldades da apresentação da notas. Informa ter se
394 absterido das votações, porque tem várias dúvidas, em relação à prestação de contas, seu
395 questionamento enquanto participante da própria Comissão do FMS era com relação às notas, vocês
396 pagam referente às notas apresentadas, mas quem acompanha as notas, inclusive a fala do
397 conselheiro Joel Tadeu na última reunião, era que não era papel da Comissão do FMS, avaliar nota
398 fiscal, de óleo porque não era mecânico. Relata que é função sim da comissão, solicitar notas e
399 acompanhar, porque a informação não chegou ao Conselho, fala que na última reunião do Conselho,
400 os conselheiros Marcos Ratto e Joel Tadeu ficaram indignados, quando na votação da prestação de
401 contas, não aprovou, induzindo outros conselheiros a pressionar para que mudasse seu voto.
402 Acredita que tem que ter uma reformulação nas comissões solicita também que haja uma
403 comunicação melhor do financeiro, com relação ao Conselho. **João Carlos** responde ao conselheiro
404 Cícero que prestação de contas é uma coisa, e auditoria é outra, toda prestação de conta que é
405 apresentada aqui, tem por trás notas fiscais que podem ser suscetível a problemas. Informa que a
406 auditoria que está sendo feita pela Controladoria é para verificar a veracidade dessas notas, esse é o
407 papel da auditoria, a prestação de contas não tem nada a ver com isso, a prestação foi feita,
408 embasada, e aquilo que foi feita de forma irregular, foi glosado, ou vai ser acionado juridicamente,
409 como qualquer outra prestação de conta, ou pagamento. Esclarece que a saúde tem um orçamento de
410 trezentos e oito milhões de reais, são pagas duzentas notas por dia, agora falar que a prestação de
411 contas ficou comprometida, não é verdade. **Cícero** diz que ouviu comentários, que a DF estava com
412 dificuldade com relação a essa documentação. **João Carlos** diz que no seu entendimento todas as
413 informações referentes as OSCIPS, foram passadas para comissões, diz que foi até as comissões e
414 colocou todas as informações, era falado na prestação de contas que não está sendo executado na sua
415 totalidade, que seria glosado, qual seria a deliberação do Conselho. Diz que todas as informações
416 foram passadas, detalha que tudo que foi feito foi colocado aos membros da comissão, relata que

417 tudo que foi feito foi além, recebendo ameaças, retendo pagamento, podendo responder
418 posteriormente por isso. Coloca que é muito fácil criticar, o ideal é acompanhar. **Joelma Carvalho**
419 relata que esteve presente na reunião do dia vinte e nove de novembro, na qual foi impedida pelo
420 Conselho de se pronunciar, pois nenhum conselheiro se manifestou favorável para que pudesse falar.
421 Diz que solicitou à mesa, ao Presidente Dr Agajan, que pudesse falar neste Conselho a respeito das
422 OSCIPS, pois o ponto de pauta era esse, e não era a Joelma que queria falar e sim a Presidente do
423 Conselho Estadual de Saúde - CES, tinha uma recomendação do CES, para poder ser lida, e não
424 pode falar naquela data. Lembra que o Dr Agajan perguntou ao plenário, que tinha pessoas inscritas
425 se poderia abrir para falar e os conselheiros Marcos Ratto e o Joel Tadeu, gritavam como sempre,
426 que não poderia abrir para ninguém falar. O Dr Agajan continuou falando, quem está pedindo à fala
427 é a Presidente do Conselho Estadual de Saúde Joelma, pode abrir para que ela fale a resposta e foi
428 de novo não, eles gritavam “que tinha quatro conselheiros estaduais, que é do seu Conselho e que se
429 ela quisesse falar, ela que se reportasse aos seus conselheiros estaduais, aqui ela não fala”, e não
430 teve nenhum conselheiro que levantasse e falasse a Joelma vai falar sim, como qualquer outra
431 pessoa. Relata que depois desse episódio se preocupou muito com o Conselho, pois estavam sendo
432 conivente com tudo, porque tudo que o Marcos Ratto e o Joel falavam, todos votavam e aceitavam
433 tudo que era colocado por eles, nenhum conselheiro se colocou defendendo uma pessoa que gostaria
434 de se pronunciar, a lei que cria o Conselho é claro, qualquer cidadão seja A ou B, tem o direito de
435 falar, e diz ter sido tolhida de falar neste Conselho, ninguém se colocou em sua defesa, a conselheira
436 mãe Omin e a Bett estão colocando que não estavam presentes nesta reunião do Conselho. Diz que o
437 que está falando, quem estava presente lembra, e que não estava presente também sabe, porque está
438 na ata, foi feito a sua fala, e não pode se pronunciar, onde ficou muito preocupada, porque já foi
439 conselheira há anos atrás, e nunca aconteceu uma situação igual a essa no Conselho, em Conselho
440 nenhum dentro do Estado, pelo contrário, todos conselheiros estaduais de saúde, é chamado para ir
441 aos conselhos municipais para ajudar, e participar junto aos conselhos municipais onde moram.
442 Porém no CMS de Londrina é impedida de falar, isso várias pessoas estão colocando, foi até bom
443 que aconteceu tudo isso, para que o Conselho pare, pense e reflita a atitude de cada um de dentro do
444 Conselho, vendo a situação que chegou esse Conselho, para que todos reflitam. Diz que saiu da
445 reunião arrasada, conversou um pouco com Dr José Luiz fora do microfone, falou para alguns
446 conselheiros vocês sabem que tudo que aprovarem aqui hoje, vocês serão responsáveis
447 judicialmente se vier acontecer alguma coisa, o que está acontecendo agora, era isso que queria ter
448 falado e foi impedida de falar naquele momento, disse também que levou esse acontecimento para
449 Conselho Estadual, e foi tirada uma moção de repúdio a esse Conselho Municipal de Saúde, e foi
450 tirado encaminhamento para a Secretaria, também encaminhou para o Prefeito Barbosa uma
451 correspondência. Solicita, se possível, ler a moção para que todos tenham conhecimento, essa foi
452 passada na reunião do dia vinte e quatro de fevereiro, na qual ainda era Presidente do Conselho
453 Estadual, logo depois teve eleição e a nova presidente encaminhou o ofício com a data do dia vinte e
454 oito de fevereiro: *“Moção de Repúdio nº001/ 11. Considerando o relato feito pela Presidente do*
455 *Conselho Estadual de Saúde, Sra Joelma Aparecida de Souza Carvalho, na 172ª Reunião Ordinária*
456 *do CES/PR, em vinte e quatro de fevereiro de 2011, dos fatos ocorridos na reunião extraordinária*
457 *do Conselho Municipal de Saúde de Londrina, ocorrido no mês de novembro de 2010, para discutir*
458 *proposta de implantação de OSCIPS, onde foi impedida de manifestar naquele plenário e*
459 *apresentar a posição deste CES/PR quanto ao tema em pauta; que o argumento apresentado por*
460 *aquele CMS de Londrina seria o previsto em seu Regimento Interno que limita o direito à fala*
461 *as/aos Conselheiros Municipais; que os Conselhos de Saúde devem primar por ser espaços*
462 *democráticos para a promoção da participação social, independentemente da condição de*
463 *conselheira/o, sendo espaço legítimo para acolher manifestação de qualquer cidadão/ã interessado*
464 *em contribuir com fortalecimento do Sistema Único de Saúde-SUS. Resolve: Manifestar o seu*
465 *repúdio ao CMS de Londrina pelo cerceamento da fala da Presidente deste CES/PR durante*
466 *Reunião Extraordinária ocorrida em novembro de 2010, por entender essa atitude como falta de*
467 *respeito ao espaço democrático que o CMS deve garantir, assim como essa atitude desrespeitou a*
468 *todas/os as/os conselheiros deste CES/PR; recomendar ao CMS de Londrina em caráter de*

469 *urgência a revisão de seu Regimento Interno, visando atualizá-lo para garantir e fortalecer o*
470 *controle social, reconhecendo o direito à fala a qualquer cidadã/ao que nele busque apoio ou leve*
471 *contribuição, sem prejuízo do previsto para as competências de suas/seus Conselheiras”. Foi*
472 *encaminhada essa moção à Presidente do Conselho, para que trouxesse para conhecimento de todos*
473 *os conselheiros, e encaminhou ao Prefeito Barbosa uma “Recomendação 001/2010 do Conselho*
474 *Estadual, considerando os projetos de lei, apresentado pelo poder executivo, na Câmara Municipal*
475 *de Londrina, nº65/2011, cria cargos de provimento efetivo incorporados ao Plano de cargos,*
476 *carreira e salários, da administração indireta, autárquica e fundação do poder executivo do*
477 *Município de Londrina, instituído pela Lei nº 9337 de 19 de janeiro de 2004, de outras providência;*
478 *outro projeto de Lei nº 67/2011, autoria do executivo, reestimar a previsão de receita constante da*
479 *Lei Municipal nº11114/2010, Lei Orçamentária Anual; outro Projeto de Lei nº 68/2011, que*
480 *concede incentivos aos agentes de controle de endemias, no exercício de suas funções, enquanto*
481 *orientador de equipe e auxiliar técnico-administrativo; outro Projeto de Lei nº 69/2011, concede*
482 *gratificação, produtividade, desempenho e assiduidade, aos servidores que desenvolvam suas*
483 *atividades nas UPAS e Pronto Atendimento Municipal, que esses projetos não foram apresentados,*
484 *com tempo hábil para análise e parecer do Conselho Municipal de Saúde, que esses Projetos de Lei*
485 *foram encaminhados para Câmara Municipal de Londrina, sem o parecer do Conselho Municipal*
486 *de Saúde de Londrina, que a Lei 8080/90, e a Lei 8142/90 do Governo Federal, define que todos os*
487 *assuntos pertinentes ao Sistema Único de Saúde devem ser objeto de deliberação do Conselho de*
488 *Saúde, que o Conselho Municipal de Saúde, é uma instância deliberativa da política de saúde, que*
489 *conta com a representação administrativa, administração pública, prestadores de serviço de saúde,*
490 *trabalhadores da saúde, usuários, onde todos tem o compromisso para seu fortalecimento. Resolve:*
491 *recomendar a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Saúde que observe, e respeite as competências*
492 *do Conselho Municipal de Saúde, viabilizando condições, para estas instâncias possam analisar e*
493 *emitir parecer, nos assuntos pertinentes ao SUS, de forma a garantir que as necessidades dos*
494 *usuários sejam amplamente atendidas.” Foram feitas essas duas moções, uma para Secretaria de*
495 *Saúde e outro para Prefeito para que ele respeite as deliberações, e as instâncias que é o Conselho*
496 *Municipal de Saúde, e outras questões que foram analisadas, que o poder que a Secretaria tem hoje,*
497 *é muito pouco, o poder que o Prefeito atribuiu à Secretaria de Gestão é maior do que tudo, pois tudo*
498 *está sendo passado para Secretaria de Gestão. Diz que o CMS tem que tomar providências, porque*
499 *tudo o que diz respeito à Secretaria de Saúde teria que passar pela Secretaria de Saúde e não pela*
500 *Secretaria de Gestão, como convênios e contratos, tudo que é firmado não é a Secretaria Municipal*
501 *de Saúde que está firmando, e sim a Secretaria de Gestão. Cita que na ata do dia vinte e nove de*
502 *novembro, e nas outras atas que esteve lendo na Secretaria do Conselho, todas as atas se reportam, e*
503 *o Secretário de Saúde que na época era o Dr Agajan, fala que não adianta se o Conselho aprovar ou*
504 *não, pois quem define é a Secretaria de Gestão, e não a Secretaria de Saúde, tudo tem que ter o aval*
505 *da Secretaria de Gestão. Questiona qual é o papel da Secretaria de Saúde em relação a isso, o que*
506 *está sendo discutido à questão dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde, não dá para*
507 *atribuir o papel que é da Saúde à Secretaria de Gestão, que poder tem esse Secretário de Gestão. A*
508 *população não pode pagar um preço alto, por incompetência, irresponsabilidade que não dá mais*
509 *para ser aceita por esse Conselho, e por essa Secretaria. Solicita a Secretária que tome providências,*
510 *porque não dá para ser Secretária, sem ter poder nenhum de decisão dentro da sua Secretaria.*
511 *Solicita também, como o conselheiro José Luis colocou que o Prefeito se retrate sim, pois ficou*
512 *muito ofendida, pois não era conselheira municipal, mas já foi conselheira municipal, é conselheira*
513 *Estadual e está voltando para o CMS, porque aqui sempre defendeu o Sistema Único de Saúde e a*
514 *população, pessoas que são do bem tem que se unir neste momento de tempestade que Londrina está*
515 *passando, estão querendo envolver o Conselho, não podemos admitir isso, porque a instituição*
516 *conselheira, não pode ser manchada. Agora conselheiro sim, pois já tem os nomes, eles que fizeram*
517 *essas manchas, relata também que na Gazeta do Povo, tem uma fala da Secretária que diz que a*
518 *Secretaria defendia a questão da ISCAL e do HUTEK, e que o Conselho que defendia as duas*
519 *OSCIPS, em Ata nenhuma consta isso, todas as atas dizem que o Conselho, a comissão técnica,*
520 *indicavam tanto a ISCAL e HUTEK, em nenhum momento esse Conselho, essa comissão técnica,*

521 indicaram essas OSCIPS, todos os pareceres que foram feitos por essas comissões anteriores eram
522 essas duas que o Conselho e a comissão indicavam, está em ata. Coloca que na reunião de novembro
523 por pressão de gritos que os conselheiros Joel Tadeu e Marcos Ratto estão acostumados a fazer no
524 Conselho que todos acabaram sendo induzidos a votar naquelas duas OSCIPS. **Ana Olympia**
525 esclarece a conselheira Joelma que nunca deu entrevista para Gazeta do Povo, eles devem ter pego
526 alguma fala de alguma outra entrevista. O que foi colocado, não foi nem enquanto Secretária foi até
527 em relação o que tinha saído da entrevista do Dr José Luis, que disse que enquanto Diretora
528 Executiva foi solicitado um parecer de uma comissão técnica da Secretaria da Saúde, em cima das
529 propostas apresentadas, essa comissão técnica foi presidida pela Ana Olympia e demais diretores,
530 inclusive foi pedido para publicar o resultado do relatório dessa comissão, no site da Prefeitura, está
531 em ata da reunião do Conselho, foi apresentado, quando essa comissão técnica se colocou como não
532 tendo condições de dar parecer técnico de nenhuma das OSCIPS, apresentada por desconhecer todas
533 as OSCIPS, e apresentando apenas uma parecer técnico em cima do HUTEK e Santa Casa. Na ata
534 do Conselho constava depois, dessas deliberações todas que foi falado, que teria que ser OSCIPS de
535 Londrina, saiu um documento sim, assinado pelos conselheiros, indicando uma OSCIPS a princípio,
536 depois foi dito que para não ficar na mão de um só, teria que ser duas OSCIPS foi colocado que essa
537 segunda OSCIPS, que também deveria ser de Londrina, para facilitar as fiscalizações, foi o que leu
538 em ata, e esses documentos inclusive entregou ao Ministério Público, em seu depoimento. **Márcia**
539 **Brizola** relata que foi recebida a Moção de Repúdio do Conselho Estadual de Saúde na Secretaria
540 do CMS, informa que apresentou a correspondência na reunião da Comissão Executiva do CMS e o
541 conselheiro Joel Tadeu falou que moção de repúdio não se responde, e que ia ter uma comissão do
542 Conselho Estadual de Saúde para se fazer presente em algumas reuniões do Conselho, a partir daí
543 iam se posicionar. **Júlia Satie** diz que aprovou a contratação das OSCIPS sem saber nomes das
544 instituições, mas pensando nos usuários e nos trabalhadores, e que aprova a proposta do Dr José
545 Luis, porque ele solicitou a certidão negativa, e acha que tudo tinha que ser transparente, disse que
546 desde do começo era contra a terceirização e que sempre foi a favor da Santa Casa, porque a Santa
547 Casa nunca apresentou problemas, diz que quando foram pedir sua assinatura para aprovação, foram
548 em sua casa à noite, pois estava se recuperando de um problema de saúde e assinou porque não
549 queria que o usuário ficasse desassistido. **Ana Olympia** faz uma colocação a respeito, de novo do
550 que foi falado no início, ninguém está aqui para ser acusados, para que possam se defender, o que
551 aconteceu foi uma conduta das OSCIPS e é isso que está sob o alvo das investigações. Diz que
552 infelizmente não foi possível municipalizar todos os serviços, ou seja, ter servidores públicos em
553 todos os serviços, a intenção é essa, pois já defendeu isso mais de uma vez, é preciso algumas
554 ferramentas de gestão, porque não tem condições de fazer todos os serviços só com servidor público.
555 **Manoel Amaral** justifica à conselheira Joelma, que embora na época estivesse como suplente, ainda
556 não tendo direito a voto. No dia 17/09/10 entregou ao excelentíssimo Secretário Municipal de
557 Saúde, Presidente desse Conselho, lei, regimento interno e também regimento de comissões levou o
558 documento, para que servisse de base, para estudar e até hoje não conseguir agendar a reunião da
559 comissão de estudo da mudança de lei. O curioso são as fraudes envolvendo as OSCIPS, entidades
560 que detém uma qualificação mediante a aprovação do Ministério da Justiça, elas tem essa
561 qualificação, através da Lei nº 9709/99. Diz que a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF
562 trouxe esses subterfúgios, porque no passado não tinham limite para gastar na saúde, o Prefeito
563 gastava na parte que mais necessitava, a medida de terceirizar o serviço, é uma forma de defender o
564 serviço público, para se livrar das amarras legais, a flexibilização da gestão dos recursos é um dos
565 argumentos dos administradores, porque foge dos instrumentos de controle como a LRF. Lembra
566 que existem eventuais punições, ou seja, se ultrapassar um certo limite podem ser punidos, sugere
567 que saia desse Conselho, que se haja uma pequena margem considerável, a nível de pagamento folha
568 de pagamento permitida pela LRF, que seja de fato investido em concurso público. Visando com
569 isso evitar ter esses transtornos, como foi falado em lei, temos a obrigação é de obedecer à lei, lei foi
570 feita para ser cumprida. Coloca que na Lei do Conselho, “capítulo 4 - adotar os critérios e valores
571 mínimos para remuneração de serviços e parâmetro de cobertura assistencial, estabelecido pelo
572 Conselho Nacional de Saúde, e todos tem que opina a que tiver de menor valor”, se essa empresa

573 apresentou um menor valor, sobre o que ela é ou está fazendo, é outro caso, mas ninguém pode
574 culpar que o Conselho não cumpriu o que está dentro da lei do Conselho. **Paulo Tavares** relata
575 apresentação de um ofício direcionado à Presidente do Conselho de Saúde Ana Olympia, e esse
576 ofício é de nº 516/2011, 11/05 /11, que diz: “*Senhora Presidente diante das prisões dos conselheiros*
577 *de Saúde, Joel Tadeu Correa e Marcos Rogério Ratto, ocorrida no dia 10/05/11 durante a*
578 *deflagração da operação Antissepsia, comandada pelo Grupo de Atuação Especial ao Combate ao*
579 *Crime Organizado (Gaeco) e Promotoria de Justiça e Defesa do Patrimônio Público dessa*
580 *comarca, a qual resultou na prisão de quinze pessoas, em decorrência das investigações que*
581 *mostraram a prática dos delitos de corrupção ativa e passiva, estelionato, formação de quadrilha,*
582 *dentro outros crimes. Sirvo-me do presente, para solicitar a Vossa Senhoria, que sejam adotadas*
583 *todas as providências legais e regimentais, necessárias para que se concretizem o afastamento*
584 *imediato dos referidos conselheiros do Conselho Municipal de Saúde. Por oportuno aproveito para*
585 *manifestar a Vossa Senhoria as suas expressões de cordialidade”. Paulo Tavares diz que*
586 *confeccionou esse documento na seqüência da prisões dos dois conselheiros. Informa que há relatos*
587 *alguns trechos da decisão judicial que determinou a prisão provisória de quinze pessoas, dentre as*
588 *quais os dois conselheiros já citados, refere não poder mencionar aquelas informações que estão*
589 *relacionadas ao sigilo que envolve, conversa telefônica etc, é uma decisão judicial, que tem cento e*
590 *seis laudas, fazendo leitura somente de alguns trechos importantes, a juíza da terceira vara criminal,*
591 *mencionou em sua decisão, trechos do pedido do Ministério Público, “as informações contidas no*
592 *relatório policial, e na representação da autoridade policial, estão inteiramente sedimentadas nas*
593 *conversas telefônicas, gravadas com autorização desse juízo, sendo que tais conversas estão*
594 *gravadas em CD em anexo, estando algumas delas já degravadas, em resumo extrai de tais provas,*
595 *acima analisadas, duas conclusões bastante fundamentadas: 1- Que os representados (16 pessoas*
596 *do pedido de prisão temporária) que são vinculados as OSCIPS, denominadas Instituto Atlântico e*
597 *Instituto Gálatas, conseguem obter notas fiscais, correspondentes as despesas inexistentes, ou em*
598 *valor superior, as efetivamente existentes, justificando recebimento indevido de valores do*
599 *Município de Londrina; 2- De que cooptam e corrompem agentes públicos do Município, com fim*
600 *de assegurar a manutenção, ou até ampliação desse sistema que se permite o enriquecimento ilícito,*
601 *aludida a quadrilha como dito, praticaria falsidade documental, inserção de elementos falsos em*
602 *notas fiscais, outros documentos contábeis, e ofensas ao Patrimônio Público, através de eventual*
603 *crime contra a administração pública, ou mesmo estelionatos, além de ampla corrupção de agentes*
604 *públicos, observa que para efeitos penais, considera agente público para os efeitos penais, artigo*
605 *327 do código penal: Quem embora transitoriamente, ou sem remuneração, exerce cargo, ou*
606 *emprego ou função pública. Pelo envolvimento direto de agentes públicos, pela estruturação do*
607 *grupo, pela maneira sistematizada de prática de crimes, e por outras circunstâncias a indicativo*
608 *que tal quadrilha, constituía uma verdadeira organização criminosa, as conversas telefônicas e as*
609 *demais investigações inclusive, testemunhos já colhidos, permitem estabelecer um forte quadro*
610 *indiciário, que se trata de grupo especializado, na obtenção de recursos públicos, mediante a falsa*
611 *prestação de serviços de saúde. Tudo indica assim, que os representados (16) estão unidos sobre*
612 *forma de quadrilha para praticar uma série de crimes diversos, notadamente contra os interesses*
613 *dos cofres públicos do Município de Londrina, não se trata de mera quadrilha, ou de singelos*
614 *crimes patrimoniais, ou de falsidade documental, muito mais do que isso, o caso é de flagrante e*
615 *atuação de facção incrustada, na administração pública, estendendo seus tentáculos para absorver*
616 *dinheiro público, Provocando imensos danos aos cofres públicos, especialmente à saúde. Se não*
617 *forem tomadas providências imediatas, esse grupo pode prosseguir promovendo sangria do*
618 *dinheiro público destinado à área da saúde, gerando graves danos à atividade do Município. Neste*
619 *setor fato que é bastante sensível, pelas seguidas crises enfrentadas nos últimos tempos, ao mesmo*
620 *tempo caso não haja repressão imediata das ações da suposta quadrilha, a corrupção pode*
621 *prosseguir se espalhando pela administração pública londrinense, por quanto alguns de seus*
622 *personagem importantes estão sendo cooptados pela aparentemente farta distribuição de propinas.*
623 *O referido grupo deveria atuar no sentido de prevenir e remediar as imensas dificuldades*
624 *enfrentadas na área da saúde pública, precisa ser imediatamente desarticulado, sob pena de*

625 *prosseguir na execução de graves delitos, ao mesmo tempo é necessário que sejam coletados*
626 *elementos indiciários imprescindíveis, ao completo esclarecimento dos fatos, como ainda*
627 *diligências para os esclarecimentos dos fatos. Não há dúvida que é a prisão cautelar dos oras*
628 *representados, até que sejam coletadas as provas necessárias, à elucidação dos delitos, plausível*
629 *tal medida visto, que é evidente que somente a prisão temporária dos representados, é que permitirá*
630 *esclarecer por completos os crimes, sob investigação inclusive com a obtenção de outras provas, à*
631 *cerca das infrações e igualmente a respeito de outros integrantes do bando, que estejam*
632 *contribuindo para tais, de consorte à sua prisão poderá permitir o dismantelamento de umas das*
633 *organizações criminosas, mais articuladas que se teve notícia nos últimos tempos em Londrina. A*
634 *situação, portanto é integralmente permissiva da medida excepcional da prisão temporária,*
635 *consoante artigo 1, inciso 3, da lei 7960/89 há indícios veementes de que os oras representados são*
636 *integrantes de uma quadrilha responsável por desviar parte dos recursos destinados a área da*
637 *saúde municipal, bem como que estão a maioria deles praticando corrupção passiva ou ativa, com*
638 *ousadia impar. Por outro lado os elementos comprobatórios encontrados através das investigações*
639 *do GAECO, tudo que foi relatado consta no pedido do Ministério Público. Relata a leitura do que a*
640 *Juíza de Direito escreveu na sua decisão “com relação ao desvio de dinheiro público destinado à*
641 *saúde, esse é um crime de muitas vítimas, não se fala aqui do contribuinte já lesado a não receber o*
642 *serviço, pelo qual por meio de impostos financiou, mais grave é a situação calamitosa em que é*
643 *deixado a saúde pública, os hospitais lotados sem médicos, a falta de remédios, e isto é inegável.*
644 *São inúmeras as notícias, e com periodicidade cada vez maior, que mostram crianças, idosos,*
645 *gestantes, muitas pessoas abarrotadas como animais, em corredores de centro de saúde, sem*
646 *receber atendimento, tendo suas doenças agravadas, morrendo sempre em decorrência dessa*
647 *praga, que assola nosso país, a corrupção. A corrupção deve ser entendida como um crime*
648 *horrendo, pois não se trata de meras quantias de dinheiro, essas verbas tem uma destinação, e*
649 *antes de servir os nababesco desejos de uns poucos, serviria para estancar aos menos em parte o*
650 *sofrimento, de uma parcela da população que não vislumbram, outra possibilidade de atendimento*
651 *se não o serviço público de saúde. É bom lembrar que aos olhos da lei não há qualquer*
652 *diferenciação entre os mais ou os menos abastados, porém é notório que as grandes parcelas das*
653 *pessoas, que buscam auxílio médico no serviço público de saúde, ou fazem em razão da pouca*
654 *renda familiar, que os impossibilita de custear um plano de saúde ou médicos particulares,*
655 *justamente essas pessoas que tanto dependem desse serviço, são intensivamente afetadas, por*
656 *gatunagem como essa. Que haja no Brasil com tanto ainda à percorrer em matéria de*
657 *esclarecimento em educação à sua população, uma incompreensão do que vem a significar o termo*
658 *Público, e apenas mais uma mostra da maldição a ser radicada, as que muitos entendem que o*
659 *público é algo sem dono, de que se possa se apropriar e usufruir ao seu bel prazer, isto é um erro*
660 *não apenas de semântica, mas é antes uma deturpação moral, quando tal visão advém de um*
661 *funcionário público. A quem incumbiria zelar, por aquilo que por definição é de todos os cidadãos,*
662 *a intenção de se apoderar-se de referidas verbas, deixa de ser uma conduta apenas eletiva, passa a*
663 *ser uma aviltante agressão ao povo, as pessoa aqui citadas, empresários, contadores, funcionários*
664 *públicos e outros integram amplos esquema de desvio de verbas, cuja a extensão dos prejuízos*
665 *podem apenas ser auferidas em questões monetárias, escapando aos cálculos, o quanto de prejuízo*
666 *social que isso acarretou. Sendo porém visível à todos que a saúde pública em Londrina, passa por*
667 *um momento crítico, que ainda está longe de ser solucionado, para aqueles que ficam atrás de suas*
668 *mesas, apenas planejando formas de enriquecer ilicitamente, se apossando do dinheiro que serviria*
669 *a todos, não devem ter em mente o rosto daqueles que prejudicam, ou se tem mais monstruosa é sua*
670 *ação, pois como não com consciência criminosa, saber que está prejudicando crianças, idosos e*
671 *gestantes, doentes em suma, pessoas necessitadas de amparo, e ainda assim, pilhar o erário*
672 *público, na ordem de milhões de reais. Os indícios apontam a existência de uma rede, uma possível*
673 *quadrilha integradas pelas referidas pessoas, que se serviram de suas condições de funcionários*
674 *públicos, empresários e contadores, para operarem o desvio de quantias, antes destinadas à saúde*
675 *pública. No que concerne a gravidade dos crimes, é evidente o imenso prejuízo à ordem pública e*
676 *mesma a futura aplicação da lei penal, que representaria a continuidade das ações de tal grupo. Os*

677 *indícios elencados no presente pedido, demonstram que o esquema de corrupção e desvios de*
678 *verbas já anteriormente utilizado por outra OSCIP, era agora repetida por uma nova OSCIP. Há a*
679 *manutenção de um organograma, que é buscado para lesar o seu município e sua população. O*
680 *termo corrupção, carrega em si o significado de depravação, degeneração em todos os aspectos, a*
681 *corrupção é maléfica socialmente, no modo como corrói a estrutura da sociedade, desestimula*
682 *mesmo a perseverança da população, imbuindo dos mesmos um sentimento de impotência e*
683 *descrença quanto aos rumos do Estado. O entendimento e a luta contra o problema da corrupção*
684 *política se baseia em uma distinção analítica entre a atividade do crime de corrupção,*
685 *propriamente dito e atividade criminal e operacional a ela subjacente. É importante notar, que todo*
686 *o esquema passa, pela cooptação de novos membros, para atuar junto ao grupo, bem como pelo*
687 *convencimento de pessoas a integrar atividades criminosas, a coadunar com a mesma, desse modo*
688 *é evidente à periculosidade de tais pessoas que representam a investigação, produção de provas, se*
689 *estiverem livres, ao menos momentaneamente, poderão tentar exercer seu poder, sobre outros*
690 *indivíduos e evidente prejuízo ao levantamento das informações necessárias a instrução criminal.*
691 *Analisando os motivos de forma curada, eles se atentaram aos requisitos para aplicação da medida*
692 *coercitiva... Decreta que na razão de todo o exposto e estando evidentes, os pressuposto da prisão*
693 *temporária, defiro o pedido formulado pelo Ministério Público em razão da imprescindibilidade,*
694 *para as investigações e da existência de infundadas razões, a cerca de sua autoria, bem como*
695 *requisito objetivo de que os crimes, sob investigação e decreta a prisão temporária, por cinco dias,*
696 *prorrogável por igual período”. Paulo Tavares explica que para alguns o prazo de prisão foi*
697 *prorrogado, inclusive dos ex-conselheiros municipais, expedido com urgência os respectivos*
698 *mandados com relação as seguintes pessoas; consta os nomes de todos eles e na parte final consta*
699 *Joel Tadeu Correa, integrante do Conselho Municipal de Saúde, e Marcos Rogério Ratto, integrante*
700 *do Conselho Municipal de Saúde. Informa que depois determinou a busca e apreensão de*
701 *documentos, em todas as casas, estabelecimento comerciais, etc. Paulo Tavares relata que queria*
702 *mostrar, o porque o Ministério Público solicitou o afastamento imediato, para Presidente do*
703 *Conselho desses dois ex conselheiros, conversou com a Ana, para que houvesse uma decisão de*
704 *acordo com os regimentos e as leis, acabou por se decidir de realizar uma reunião na sexta-feira, na*
705 *qual houve um encaminhamento, sugere a Secretária Ana Olympia pudesse mencionar qual foi o*
706 *encaminhamento que foi dado, para que pudesse constar em ata, para que ficasse formalizado*
707 *oficialmente. Diz que é evidente que a maioria dos trechos, não leu, pois estava sobre sigilo*
708 *telefônico, mas são conversas extremamente estarrecedoras, a indignação que toma conta hoje do*
709 *Ministério Público. Coloca que os conselheiros não podem imaginar o trabalho de seus colegas,*
710 *informa que não está na frente nessas investigações, pois não atua na área criminal, o que os colegas*
711 *estão fazendo sem dormir, o trabalho incessante que estão fazendo em função desses fatos que*
712 *foram comprovados através de escuta telefônica. Que essas escutas foram autorizadas pelo poder*
713 *judiciário, e essas pessoas não sabiam que estavam sendo gravadas. Durante quatro meses, no*
714 *GAECO, que é um Grupo de Atuação ao Combate ao Crime Organizado, onde neste momento tem*
715 *agente da Polícia Militar e da Polícia Civil, que estão ouvindo conversas telefônicas, vinte e quatro*
716 *horas por dia. Está informando isso porque há um interesse em cada vez mais de diminuir as*
717 *estrutura do Ministério Público, evidente que não são pessoas honestas, que querem diminuir os*
718 *poderes do Ministério Público, nem a estrutura, então foi com muita luta e muito sacrifício que o*
719 *Ministério Público, para defender a sociedade, conseguiu ter essa estrutura mínima. Informa que*
720 *aqui em Londrina já desvendou vários crimes, várias organizações criminosas, depois do escândalo*
721 *do ano 1999, envolvendo a administração Antonio Belinati, esse é talvez um escândalo, um dos*
722 *mais sérios e mais graves que se teve em Londrina, pois enquanto conselheiros municipais de saúde,*
723 *tivessem o conhecimento do que está ocorrendo, evidente que não pode trazer todas as informações,*
724 *mas que tivessem o mínimo de informações, para que possam ter consciência do que está*
725 *acontecendo. **Maria Osvaldina** relata que ficou sabendo que estão querendo acabar com o GAECO,*
726 *porque se isso for realmente verdade é preciso que o CMS se posicione, pois a importância do*
727 *GAECO é inquestionável. **Paulo Tavares** diz que o Ministério Público do Paraná está encontrando*
728 *dificuldades, junto ao Governo do Estado, mais precisamente junto à Secretaria de Segurança*

729 Pública, em ter agentes da Polícia Militar e da Polícia Civil para fazerem parte desse grupo de
730 atuação de combate ao crime organizado, em Londrina foi mantido uma posição muito firme em não
731 permitir que houvesse a saída de vários policiais. Porque não adianta o Ministério Público, receber
732 por parte da Polícia Militar e Polícia Civil qualquer policial, ele tem que ser um policial
733 extremamente confiável, porque imagina uma investigação dessa, que já vinha ocorrendo há quatro
734 meses, e não houve nenhum furo, nenhum vazamento de informação. Imaginem a gravidade dessa
735 situação, a importância da absoluta confiança que tem que ter nos policiais que estão trabalhando no
736 Ministério Público, que quando houve realmente a mudança do Governo do Estado, houve o pedido
737 para que esses policiais, altamente confiáveis, saíssem de alguns GAECO, inclusive de Curitiba; por
738 isso houve uma movimentação, a imprensa ajudou, o Procurador Geral da Justiça, etc, foram
739 realizadas várias reuniões, mas ainda o GAECO de Curitiba e de outros municípios, estão com
740 muitas dificuldades de desenvolver seus trabalhos. Ressalta que é importante que a sociedade saiba
741 disso e que ela possa defender, porque ao defender o GAECO a sociedade estará defendendo a
742 verdade, o bem e a ética, em detrimento do banditismo, do estelionato, do crime organizado em
743 geral. **Custódio Rodrigues do Amaral** diz que as pessoas estão falando que o Conselho está
744 desacreditado, que talvez não tenham condições de fazer a Conferência, mas é preciso ser otimista,
745 porque o Conselho sempre existiu e sempre existirá, não é igual função política, que o Prefeito e a
746 Secretária hoje estão no poder, mas amanhã talvez não sejam mais. Coloca que é preciso reestruturar
747 esse Conselho, se não der agora de momento, pensar nisso na Conferência, e fazer cada vez mais um
748 Conselho mais forte. Lembra que o Conselho de Londrina é respeitado no país inteiro, e sem o
749 Conselho fica muito difícil, até para o poder público, conseguir verbas na área de saúde. Por isso
750 que existe o Conselho, ele está aqui e não é de graça, existe porque é necessário. **Denise Mashima**
751 acha importante esse momento que está acontecendo na cidade, para se admitir que existem
752 problemas, e importante é um fala que até usou na semana passada, porque vive com problemas no
753 HU, “de que não é hora de ficar acusando e nem defendendo. É hora de reconhecer o problema que
754 existe e resolver”. Fala que neste momento o ser humano faz de tudo, e infelizmente o que o
755 conselheiro José Luis fala é importante, houve algumas falas problemáticas, e isso tem que solicitar
756 ao Prefeito, que seja corrigido, porque fica muito complicado para população entender, qual é a
757 função, qual é o papel do Conselho. Coloca que nessa reunião do dia vinte e nove de novembro, o
758 HU estava representado, mas não como titulares e as duas diretoras não estavam, mas havia algumas
759 pessoas do Hospital que estavam presentes, mas sem direito a voto. Lembra que na ata daquela
760 reunião existem algumas linhas que são importantes que se pense e até na fala das pessoas que
761 estavam presentes, percebe que a lembrança é complicada, por isso a importância da ata, porque as
762 vezes na fala, se percebe que misturou, o que se aprovou naquele dia. Relembra que no dia vinte e
763 nove de novembro foi informado que a proposta de contratar a ISCAL e a HUTECH não era possível
764 de ser aceita, por uma questão financeira; depois de mil discussões aprova-se que seriam contratadas
765 duas empresas, e não uma, para evitar o risco de ficar na mão de uma só. Isso foi uma aprovação, e a
766 outra que o Conselho aprovava a OSCIP Gálatas, não surge o outro nome, não foram aprovadas os
767 nomes das duas OSCIPS, somente uma, o próprio Secretário, que era o Presidente do Conselho,
768 neste dia ele fala, talvez até respondendo ao conselheiro José Luiz, quando ele pede contratos,
769 documentos. Coloca que a função do Conselho é sugerir, aconselhar, subsidiar e evidentemente que
770 quem irá ver questão de contrato, razão social, certidão negativa, é a Secretaria de Gestão Pública.
771 Cabe a essa verificar e tomar as providências, e é ela quem assume o contrato, e a responsabilidade;
772 porém no momento do problema é a Secretária da Saúde quem responde. Coloca que são duas
773 situações, uma é a correção do Prefeito, é pedir que informe a comunidade, mídia seu equívoco;
774 outra é discutir realmente essa situação da Secretaria da Saúde, que acaba arcando com ônus de
775 algumas situações. Diz que se é a Secretaria Gestão Pública quem assina contrato, acompanha e
776 responsabiliza, ela tem que se apresentar. **Ana Olympia** diz que em relação ao que o Dr Paulo
777 Tavares colocou, relata que recebeu ofício do Ministério Público e não tinha tempo hábil, para
778 convocar uma reunião extraordinária, e como o conselheiro Fahd falou no início, tinha também a
779 questão de não ter quórum da Comissão Executiva para que pudesse fazer isso, sabendo que o
780 Conselho Municipal de Saúde, ou melhor uma comissão do Conselho iria se reunir no CEO para

781 discutir as leis do Conselho, foi encaminhado a secretaria do Conselho um ofício, onde faz à leitura,
782 para que pudesse aproveitar esta reunião, para conversar alguns assuntos: “*Srs e Sras Conselheiros,*
783 *considerando a Operação Antissepia deflagrada pelo GAECO, Grupo de Atuação Especial de*
784 *Combate ao Crime Organizado, e Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de*
785 *Londrina. Considerando a solicitação do Ministério Público do Estado do Paraná de adoção de*
786 *medidas legais e regimentais para se concretizem o afastamento imediato dos conselheiros*
787 *envolvidos na operação do GAECO. Solicitamos aos conselheiros que estão reunidos nesta sexta-*
788 *feira dia 13/05/2011, às 16 horas, no Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, para discutir*
789 *mudanças na lei do Conselho Municipal de Saúde de Londrina, que pontuem a solicitação da*
790 *Promotoria, juntamente com a Presidente desse Conselho. Entendemos que sendo esse Conselho um*
791 *Colegiado, a função da Presidente é coordenação, e não de deliberação, pois não há respaldo*
792 *regimental, para tal ação individualizada. Sendo que temos para o momento, renovamos nossa*
793 *consideração.”* Esclarece que foi feita a leitura de todo o regimento e não conseguiu encontrar
794 respaldo suficiente para que se fizesse qualquer ação, só unilateralmente da Presidente do Conselho,
795 nesta reunião ficou o encaminhamento de que seria colocado para as entidades, as quais estes
796 conselheiros citados representam, para que essas entidades tomassem as providências necessárias, de
797 nomear outras pessoas. Informa que foi redigida uma ata nesta sexta-feira, que será entregue ao.
798 conselheiros para revisar e será trazida em reunião para aprovação ou correção. **Rosalina Batista**
799 pede uma explicação ao Diretor Financeiro João Carlos, porque ouviu uma informação na imprensa
800 que o desvio do recurso passa de quatorze milhões de reais e o contrato firmado entre as OSCIPS,
801 era aproximadamente um milhão, e a outra de oitocentos mil. Pergunta qual o montante apurado.
802 Outra colocação é que junto com a conselheira Sandra Iara, que foi avaliar a prestação de contas,
803 houve um impasse em relação à não aprovação da apresentação de conta, que o João apresentou, de
804 janeiro e fevereiro, porque a de março nesse mês, não veio não veio para avaliar, em relação a
805 cobrança do Joel em dizer que não aprovava a prestação de conta porque o financeiro não queria não
806 pagar as OSCIPS, e o João explicou, que a avaliação que estava sendo feito é de janeiro e fevereiro, e
807 que não tinha competência com o gasto da conta, que estava sendo bloqueado. Pergunta se está
808 mantida a reunião de avaliação do termo de parceria do PSF, prevista para ser realizada dia 19 de
809 maio, pois se há uma ação no Ministério Público é possível a comissão ter condições de avaliar.
810 Pede esclarecimentos para não vir para uma reunião, sem saber qual é o papel do conselheiro na
811 comissão. **Marcio Nishida** responde o questionamento da conselheira Rosalina em relação a
812 quantia de desvio. Informa que o montante está sendo levantado, porque exige verificação, não só de
813 balanço contábil, mas de acusação de fornecimento de notas fiscais falsas, fraudulenta, portanto não
814 dá para dizer qual é o valor total. Coloca que o contrato emergencial era previsto por seis meses,
815 hoje o valor dos dois contratos de um milhão e trezentos mil, e oitocentos mil reais, de ambos os
816 contratos no total. Diz que os termos de parcerias totalizam dois milhões e cem reais, não é possível
817 chegar nesse valor de quatorze milhões, o valor que foi bloqueado, por ação da Secretaria Municipal
818 de Saúde, foi de dois milhões e meio de reais até o momento, mas existe um levantamento de quanto
819 é o montante total que não foi ainda terminado esse levantamento, conforme declarado
820 anteriormente. Com relação ao papel das comissões de acompanhamento do contrato, ressalta que
821 não fazem parte do papel da comissão de avaliação do contrato verificar o balanço fiscal, contábil,
822 ou outra questão financeira. A comissão de avaliação dos termos de parceria se restringe ao
823 comprimento ou não das metas, incluindo sim a questão de contratação, números de funcionários
824 contratados, essa é a função delegada à comissão de avaliação do termo de parceria, por isso que
825 existe a representação paritária de representantes do Conselho, representantes das OSCIPS e
826 representantes do gestor. A respeito do questionamento se é ou não competência da comissão de
827 avaliação a prestação de contas, informa que não é competência da comissão. **Rosalina** diz que o
828 Secretário Marcos Citto disse à imprensa que o que a comissão avaliava eles pagavam, por isso que
829 pediu esclarecimento. **Maria Osvaldina** relata que dentro da Prefeitura, desde que o Prefeito
830 Barbosa assumiu existe o Conselho dos Secretários, diz que falou várias vezes que os conselheiros
831 querem ser respeitados, porque o Prefeito mandou para câmara para votação o projeto das UPAS,
832 sem passar pelo Conselho, o Dr Paulo Tavares interferiu, e enviou de volta para Conselho. Diz que o

833 Secretário Marcos Citto falou na imprensa que os conselheiros autorizaram o pagamento, mas quem
834 fazia o pagamento era ele. Relata que na última reunião da saúde que foi realizada junto com a
835 Vereadora Lenir, na Câmara, o então procurador Fidelis deu risada, tirando sarro dos conselheiros,
836 diz que falou para o Fidelis, que todos são conselheiros e merecem ser respeitados. Questiona
837 também como estão os contratos da Classmed e da Proativa. **Marcio Nishida** diz que como esse
838 questionamento da conselheira Maria Osvaldina não está no ponto de pauta, diz que irá responder
839 onde esse assunto for pautado. **Fahd Haddad** relata ser o conselheiro mais antigo e fica triste com
840 tudo que está acontecendo, porque Londrina foi o berço do SUS no Brasil. Diz que tudo isso que
841 está acontecendo tem que servir de lição para todos, lição para pararmos e refletirmos sobre a saúde
842 que queremos. No início do Conselho havia muitas brigas e disputa entre prestador, usuários,
843 trabalhador, havia muito conflito. Lembra que houve uma conferência que o prestador se retirou,
844 porque todas as propostas do prestador eram recusadas e rejeitadas sistematicamente, isso evoluiu.
845 Quando o conselheiro José Luis falou na última reunião, sobre essa questão da contratação, diz ser
846 participante desse processo, e não poderia se manifestar muito. Diz que na época alertou o seguinte,
847 na saúde não se pode ficar fazendo negócios, por ser mais barato ou mais caro, tem que ver o que é
848 efetivo. Ressalta que a Santa Casa tem orgulho de ter colaborado com a implantação do SUS e do
849 PSF em Londrina, o Conselho tem que refletir e fazer um pouco de autocrítica, o que a conselheira
850 Joelma falou entristece, por ter feito uma moção de repúdio, por não ter deixado falar. Coloca que o
851 regimento permite a fala, porque que ela não conseguiu, porque muita gente ganha à base do grito, e
852 era isso que acontecia, por isso que a Presidência do Conselho é muito importante nesse processo,
853 reclamou várias vezes por não ter voz mais aqui dentro do Conselho, por isso a autocrítica tem que
854 ser feita, para não permitir que haja desrespeito. Quando o conselheiro Manoel fala da legislação,
855 ele tem razão, os municípios por si só poderiam municipalizar tudo, mas tem a lei que impede, a
856 LRF, por isso tem que contratar OSCIPS, ONGS etc. O que tem que aperfeiçoar, é a fiscalização,
857 escolher entidades sérias, por isso que está se propondo uma mudança na legislação, para escolher
858 entidades que tem conceito, credibilidade e tradição. A Santa Casa aprendeu a lição com a questão
859 do CIAP, está na hora de refletir com cuidado e ponderação, ouvir as pessoas mais experientes e o
860 Conselho tem que resgatar sua autoestima. Sugere como proposta de encaminhamento, que se faça
861 um desagravo ao Conselho, e a alguns conselheiros especificamente que foi citado, e mandar isso
862 para os Conselho Estadual e há alguns conselheiros que não votaram à favor, e estão envolvidos
863 nesse processo. Propõe também que se faça uma moção de apoio, ou elogio ao Ministério Público,
864 pela conduta que tem tomado, ao Dr Paulo Tavares pela provocação ao Conselho para tomar as
865 providências, para que as pessoas de bem consigam falar, e não as pessoas do mal dominar a
866 situação. Relata ficar triste com a leitura feita pelo Dr Paulo Tavares, porque a saúde não tem
867 dinheiro para nada e tem gente tirando para benefício próprio, tem conselheiros que tiram dinheiro
868 do bolso para participar das reuniões, enquanto alguns usufruem de conhecimentos ou de pressões
869 como foi feito. Por isso é preciso apoiar todas instituições, entidades, a Secretaria de Saúde que tem
870 funcionários excelentes, que também tem que ter um desagravo. Coloca que falaram em agentes
871 públicos, o funcionalismo público tem trabalhado com muito esforço. Fala que aos conselheiros
872 compete apoiar o Ministério Público, e outras entidades que estão fazendo algumas discussões para
873 melhorar a saúde, não se sabe se câmara tem que se fazer uma discussão mais ampla, para não cair
874 mais nesse engodo. Diz que mora em Londrina desde do ano 1955, se formou na primeira turma de
875 medicina, é o conselheiro mais antigo, e nunca viu uma diferença tão grande, quanto agora, acha que
876 a Secretaria de Saúde tem que voltar ter o seu papel de definir, porque a Secretaria de Saúde em uma
877 comissão, aprovou uma posição, que indicava duas entidades. Informa que a lei de filantropia, na
878 área da saúde não é mais de competência Ministério da Justiça, e sim do Ministério da Saúde,
879 porque ele conhece quem faz serviço o público, e quem não faz. Fala que a Secretaria da Saúde tem
880 que ter o papel mais forte, o Conselho de Saúde tem que ter esse papel, sugere para que trabalhe
881 para que a secretaria assuma seu papel no sistema. Que haja desagravo aos membros dos Conselho,
882 aos funcionários públicos, uma moção de apoio ao Ministério Público para que continue
883 investigando e que possamos melhorar à saúde, para termos orgulho do que foi construído nesses
884 anos em Londrina. **Gioconda Pereira** que diz à conselheira Joelma que ela generalizou quanto

885 conselheiros. Informa que para ser conselheiro, fez curso de capacitação de um ano, diz que todos os
886 conselheiros são conscientes e responsáveis pelos seus atos. Diz também que ninguém forçou a nada
887 e se responsabiliza por tudo que faz e assina, inclusive diz que graças as fiscalizações desse
888 Conselho, o Diretor João Carlos até no interesse de acompanhar, não pagou as contas das OSCIP.
889 Ressalta que o conselheiro José Luis avisou que o CMS estava assumindo uma responsabilidade que
890 não era dos conselheiros. Diz que na verdade os conselheiros estavam sendo corajosos, mesmo
891 sendo acusados, e isso não é o papel do conselheiro. Diz que está divulgando a realização da
892 Conferência Municipal de Saúde e quando fala de conferência, as pessoas querem satisfação do que
893 está acontecendo. Diz que se sentiu ofendida, porque os conselheiros estão desacreditados, os
894 conselheiros que tem uma conferência a fazer, sem ganhar absolutamente nada, trabalha em favor do
895 SUS. Diz a Ana Olympia que vai continuar fiscalizando e a parabeniza pela transparência e
896 coragem. Quanto a questão da justiça existe um juiz para julgar cada um que está envolvido nesse
897 escândalo. **Carlos Santana** diz que sua fala é sobre a Defensoria Pública do Paraná, agradece o
898 povo de Londrina, os conselheiros que ajudaram nas negociações e conversas com o Governo do
899 Estado, depois de amanhã na Universidade Federal do Estado do Paraná, será assinado a criação da
900 Defensoria Pública do Paraná. Solicita também um pedido de desagravo ao Fórum Popular de Saúde
901 de Londrina, que também esteve aqui diversas vezes e que precisa ser lembrado, as entidades que
902 vem discutir essas questões. Ressalta a competência do GAECO, por isso não é possível deixar que
903 esse seja desestruturado. Solicita um desagravo ao Fórum Popular de Saúde, que vem sido
904 vilipendiado por todos, mas que sabe qual é o papel. **Joelma Carvalho** diz que seu encaminhamento
905 é com relação a questão da autonomia, do poder da Secretaria Municipal de Saúde, que se faça um
906 requerimento ao Prefeito solicitando imediatamente o restabelecimento dessa Secretaria com
907 autonomia e devolução do poder de decisão. Porque não dá para ficar da forma a qual falou no
908 começo, a Secretária faz de conta que é Secretária e nós fazemos de conta de conta de somos
909 conselheiros. Porque a partir do momento que o Prefeito consegue o enfraquecimento da Secretaria
910 de Saúde, também consegue o enfraquecimento do Conselho, isso tudo que está sendo vivenciado, é
911 devido ao próprio enfraquecimento da Secretaria Municipal de Saúde. Propõe que volte a ser
912 Autarquia Municipal de Saúde e que esse conselho encaminhe o requerimento pedindo o
913 restabelecimento imediato da Autarquia Municipal de Saúde com autonomia e devolução de todos
914 os seus poderes. **Bett Claid** diz que sempre foi contra a privatização porque é do SINDPREVS, um
915 sindicato que desde de ano de 1988 defende o servidor público. Coloca que o funcionalismo está
916 sendo ridicularizado e oprimido. Coloca que foi falado em contratar sem licitação, todas as vezes
917 que tinha dúvidas não votava, porque não vota com dúvidas. **Ana Paula** acrescenta um pedido, pois
918 não é funcionária pública, é prestadora de saúde da Santa Casa, porém enquanto prestadores,
919 percebem o quanto essa interação com servidores e Secretaria é importante para continuidade de
920 suas atividades, o que percebe é que servidores estão extremamente inseguros. Fala que o que a
921 Secretária Ana Olympia colocou com relação a situação da Fláida, uma servidora que inúmeras
922 vezes veio apresentar a prestação de contas, com muita transparência e foi objeto de elogios por
923 muitos conselheiros, e agora vindo sendo exposta dessa maneira. Acredita que junto à
924 recomendação ao Prefeito, deva ser feita uma recomendação que analise, tome decisões
925 administrativas com bastante critérios, porque colocar funcionários de carreira, que se apropriam do
926 funcionamento da Secretaria, exonerar ou afastar de uma maneira arbitrária, ou através de
927 documentos não oficiais, sem assinatura, isso é temerário. Vale recomendar que seja Prefeito, ou
928 quem quer que esteja com o poder da caneta na mão, que tenha muita cautela, e rigor na hora de
929 tratar desses assuntos, e também preservar os servidores que estão tocando o serviço da melhor
930 forma possível, para que realmente as coisas não fiquem mais difíceis. Sugere que o CMS
931 recomende muita cautela ao Prefeito e rigor na tomada de qualquer decisão, em relação a equipe que
932 hoje está na Secretaria. **Sandra Iara** diz ter sido contemplada com várias falas, parabeniza o
933 Ministério Público, pois veio fazer o papel do controle social. Coloca que a Conferência com o tema
934 do “SUS - Patrimônio do Povo Brasileiro, construindo as redes de Atenção à Saúde”, tem como
935 principal objetivo refletir e mostrar que o Conselho a importância de uma gestão do SUS,
936 estabelecendo competência e responsabilidades do município, esse é o foco que tem que ser

937 centrado. **José Luis** concorda com a proposta que o Prefeito faça uma retratação, em função das
 938 acusações e ofensas, mas achou retratação uma palavra pesada, então retira a palavra retratação e
 939 coloca desagravo. Propõe que o Prefeito faça uma nota de desagravo aos membros do Conselho, e
 940 com certeza de forma pacífica e atenciosa irão continuar desempenhando as atividades. **Márcia**
 941 **Brizola** apresenta os encaminhamentos da plenária do CMS: que seja feita uma Nota de
 942 Desagravo do Prefeito do Município quanto aos conselheiros; que seja confeccionada uma
 943 Moção de Apoio ao Ministério Público pela conduta tomada; que seja recomendado ao
 944 Prefeito cautela em seus pronunciamentos no sentido de preservar os servidores públicos
 945 municipais; que seja expedido um requerimento solicitando a devolução da autonomia da
 946 Secretaria de Saúde e que volte a ter os poderes de Autarquia; e também que seja solicitado ao
 947 Ministério da Saúde auditoria nas contas do Fundo Municipal de Saúde. **Ana Olympia** coloca
 948 em apreciação os encaminhamentos, sendo APROVADO por todos os conselheiros. Nada mais
 949 havendo a tratar encerrou-se reunião. Esta ata foi digitada por Sandra Aparecida Oliveira Bavia e
 950 por Divina Alves Tolentino Marcucci, revisada por Márcia Batista Brizola e será assinada pelos
 951 conselheiros abaixo:
 952

T	Ana Olympia V M. Dornellas		T	Djamedes Maria Garrido	
S	Marcio Makoto Nishida		S	Maria Cristina Rodrigues Gil	
T	José Luiz de Oliveira Camargo		T	Sandra Iara Sterza	
S	Antonio Caetano de Paula	ausente	S	Márcia Cristina R. Marengo	
T	Janaina Mazzer Salinet		T		
S	Lazara Regina Rezende		S	Maldissulei Correa	
T	Bett Claidh Nascimento		T	Fahd Haddad	
S	Manoel Nivaldo da Cruz		S	Ana Paula Cantelmo Luz	
T	Artemízia Martins		T	Julia Satie Myamoto	
S	Mara Rossival Fernandes		S	Hildegard Maria Lopes	ausente
T			T	Paulo Fernando M. Nicolau	
S	Rosalina Batista		S	Paulo Marcel Yoshii	ausente
T			T	Custódio Rodrigues do Amaral	
S	Neide Apda Gonçalves Ferreira		S	Maria Ângela Magro	
T	Manoel Rodrigues do Amaral		T	Terezinha P. da Silva (Mãe Omin)	
S	Neusa Maria dos Santos	ausente c/ justificativa	S	Gioconda P. da Silva Ferreira	
T	Margarida Fátima F Carvalho	ausente	T	Maria Célia Paiva R Greggi	
S	Denise Akemi Mashima		S	Naja Nabut	Ausente
T	Elizabeth Maria Alves		T	Maria Osvaldina de M Oliveira	
S	Silvia Aparecida Brazão		S	Mariclei Ferro Belchior	
T	Rosicler Amarins Moura Vaz		T	Cícero Cipriano Pinto	
S	Elba Ferreira		S	Leliane Nogueira C Nascimento	ausente
T	Joelma Apda de Souza Carvalho		T	Adriana Xavier Dorta	
S	Esmeralda Pereira da Silva		S	Sandra Alexandra Oliveira Silva	ausente c/ justificativa

953

954